

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Prefeitura de Belém



Belém ocupa o 22o. lugar no IPS

COP30: desafio político e ambiental

Divulgado na semana passada, o Índice de Progresso Social (IPS), ferramenta que mede o desempenho social e ambiental de territórios coloca o Pará no último lugar do quadro entre as unidades federativas. O primeiro lugar é do Distrito Federal, em segundo lugar vem São Paulo. Depois da absurda agressão à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, por parlamenta-

res da região Norte, eis aí mais um grande problema para a realização no final do ano da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP30. É justamente o Pará a sede da conferência. E há quem tema que não se conseguirá mascarar completamente essa situação na capital do estado. Belém. A capital paraense ficou apenas em 22º lugar no ranking.

Preço

Há uma série de problemas que andam preocupando autoridades e empresários que querem ir a Belém. Um deles é a falta de lugares para se hospedar e o preço altíssimo. Um empresário comenta que uma pessoa aluga quarto para todos os dias da COP por R\$ 120 mil.

Poluição

Outro problema já preocupava desde a COP29, em Baku, no Azerbaijão. A conferência virou uma espécie de grande feira, com uma enorme presença de empresários. Em Baku, impressionava a fila de aviões no aeroporto, poluindo de fumaça de querosene a atmosfera.

Fernando Donasci/MMA



Damare quer apuração sobre conferência

Oposição desconfiada dos contratos para a conferência

São situações que podem esvaziar a conferência, na qual o Brasil aposta fortemente no plano internacional. À divisão sobre o discurso ambiental dentro do governo, que ficou evidente nas agressões a Marina e os problemas mencionados acima, a oposição vem fazendo uma marcação cerrada sobre as contratações fei-

tas para a conferência. O Correio Político já mencionou o pedido ao Tribunal de Contas da União (TCU) de análise de um contrato de quase R\$ 500 milhões com a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a montagem das duas zonas de realização da conferência, Green Zone e Blue Zone, para público e autoridades.

Damare

Agora, a senadora Damare Alves (Republicanos-DF) pede ao TCU também a análise de outros contratos. Especialmente um repasse de R\$ 179 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a um consórcio do governo do Pará para obras.

Unidade

Como se leu aqui, é o próprio líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), que falta “unidade” ao discurso ambiental do governo, e que essa foi a razão que acabou motivando as agressões feitas a Marina, além, claro, da falta de educação dos envolvidos.

Fraude

Segundo o pedido feito por Damare, faria parte desse consórcio uma empresa de nome Bernavem, condenada por fraude em licitações. Damare também aponta um sobrepreço de até 611% na compra de galões de água na 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente.

Exposição

A COP30 vai começar no dia 10 de novembro. O tempo, portanto, é curto para que se corrijam todos esses problemas e esse discurso seja afinado. Do contrário, corre-se o grande risco de a conferência virar uma constrangedora exposição mundial das contradições brasileiras.

Fórum Parlamentar do Brics terá foco em IA

Durante a semana, evento também discute a crise climática

Por Gabriela Gallo

De terça-feira (3) até quinta-feira (5), o Congresso Nacional recebe a 11ª edição do Fórum Parlamentar do Brics. Com 15 países confirmados, a expectativa é que o Parlamento brasileiro receba 150 congressistas estrangeiros. Diante disso, as atividades parlamentares nacionais – como discussão no Congresso sobre o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), Novo Código Eleitoral (PLP 112/2021), a Proposta de Emenda à Constituição que reformula o modelo da segurança nacional (PEC da Segurança Pública) e a discussão de projetos para impedir novas fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – serão adiados para a segunda semana de junho.

As delegações confirmadas para participar do Fórum são os países-membros dos Brics, além do Brasil. São eles: Rússia, Índia, China, África do Sul, Etiópia, Emirados Árabes, Indonésia, Irã e Egito. Mas, para além dos membros do grupo, também confirmaram presença países parceiros do Brics, como Bolívia, Belarus, Cuba, Nigéria e Cazaquistão.

O Brics é um grupo de países que se uniram para desenvolver cooperação política e o desenvolvimento econômico. Portanto, não são um grupo comercial – ao contrário de alianças globais como o Mercosul e a União Europeia. Mas, mesmo assim, os membros do grupo representam 29% da economia global e 40% da população mundial.



Carlos Moura/Agência Senado

Reunião do Brics dominará a semana no Congresso

Programação

No primeiro dia de evento, nesta terça-feira, estão marcadas duas reuniões que acontecerão paralelamente no Congresso brasileiro, uma reunião das “Mulheres Parlamentares do Brics” e outra “dos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores dos Parlametos do Brics”.

Na quarta-feira (4) os temas discutidos serão “Aliança Interparlamentar do Brics pela Saúde Global” e “Ação Parlamentar do Brics em Busca de Novos Caminhos para o Desenvolvimento Econômico”. O encontro terminará na quinta-feira (5), com discussões mais voltadas à pauta do clima.

Big Techs

Enquanto o poder Legislativo recebe parceiros políticos do Brasil ao redor do globo, o poder Judiciário também tem uma agenda relevante nesta semana. Apesar da pressão dos Estados Unidos, nesta quarta-feira o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) retoma o julgamento sobre o Marco Civil da Internet. Na prática, a proposta da medida é estabelecer regras para a operação das redes sociais e das Big Techs no Brasil. Dos principais pontos, está a responsabilização das redes sociais por conteúdos ilegais postados pelos usuários.

A Corte começou a discutir sobre o tema em dezembro de 2024, mas o julgamento foi interrompido após pedido de visto do ministro André Mendonça.

Depoimentos

Além disso, a Primeira Turma do Supremo termina nesta segunda-feira (2) de ouvir os depoimentos das testemunhas relacionadas aos réus do chamado núcleo duro do plano de tentativa de golpe de Estado. O núcleo principal da trama é composto por oito investigados, dentre eles o ex-presidente da República Jair Bolsonaro (PL).

Os cinco ministros do colegiado (Cristiano Zanin, Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Cármen Lúcia e Luiz Fux) ouvirão depoentes favoráveis à defesa de Jair Bolsonaro e do ex-ministro da Justiça Anderson Torres. Dentre os depoentes, está o senador Rogério Marinho (PL-RN), que foi convocado pela defesa de Bolsonaro e do general Walter Braga Netto.

Testemunhas de Bolsonaro negam conversas sobre golpe

Por Gabriela Gallo

Nesta semana, os ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) terminam o período de ouvir as testemunhas relacionadas aos réus do núcleo principal do plano de tentativa de golpe de Estado. Nesta sexta-feira (30), eles ouviram os depoimentos favoráveis ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e o ex-ministro da Justiça, Anderson Torres. Todas as testemunhas ligadas ao ex-presidente, incluindo o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), negaram terem tido qualquer conversa com Bolsonaro relacionada a uma suposta tentativa de golpe de Estado. A audiência foi conduzida pelo relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, e realizada por videoconferência.

Todos os réus respondem pelos crimes de tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado, participação em organização criminosa armada, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado.

Os depoimentos terminam nesta segunda-feira (2), com as últimas testemunhas ligadas a Jair Bolsonaro e Anderson Torres. Nesta sessão, está previsto para os ministros ouvirem depoimentos do senador Rogério Marinho (PL-RN), que foi convocado pela defesa de Bolsonaro e do general Walter Braga Netto. Para depor favorável a Torres está previsto o



Wilson Dias/Agência Brasil

Primeira Turma ouve testemunhas de Bolsonaro e Torres

depoimento do ex-ministro da Agricultura e Pecuária durante o final da gestão de Bolsonaro Marcos Montes e o juiz federal Sandro Nunes Vieira.

Tarcísio

O principal depoimento ocorreu no período da manhã, do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que foi ministro de Infraestrutura durante a gestão de Jair Bolsonaro de 2019 até o início de 2022, quando se desvinculou para concorrer ao governo de São Paulo. Em seu depoimento, ele disse aos magistrados que temia que, após a derrota de Bolsonaro para Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições de 2022, o governo “desandasse”. Ele, porém, ne-

gou que o ex-presidente tivesse manifestado alguma intenção de implementar um golpe de Estado.

“Nesse período em que estive com o presidente, nessa reta final, nas visitas que eu fiz, ele jamais tocou nesse assunto [tentativa de golpe] e não mencionou qualquer tipo de ruptura. Esse assunto nunca veio à pauta”, alegou aos ministros do colegiado.

Tal como o depoimento do ex-ministro da Saúde Marcelo Queiroga, Tarcísio relatou que Bolsonaro estava “triste, resignado” após perder a disputa eleitoral em 2022. “O único comentário era lamentar e a preocupação era que a coisa desandasse, que houvesse interrupção no curso de re-

formas importantes, preocupação sempre com o curso do país”, disse o governador. “Na primeira visita que fiz a ele, em novembro, ele já tinha nomeado uma pessoa para liderar a transição, o ex-ministro da Casa Civil Ciro Nogueira; então, já tinha uma pessoa designada”, ele completou.

Vale destacar que, com Bolsonaro inelegível, Tarcísio é principal nome cotado pela direita para concorrer às eleições presidenciais de 2026.

Fake News

No período da tarde, também prestaram depoimento o general do Exército Gustavo Henrique Dutra de Menezes, o ex-subchefe para Assuntos Jurídicos da Presidência da República Renato de Lima França e o ex-secretário executivo da Casa Civil Jonathan Assunção Salvador Nery.

Questionado, Renato de Lima França confirmou que se recordava de uma reunião que teve com Jair Bolsonaro acerca de uma proposta de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) que questionava a constitucionalidade do inquérito das Fake News. Porém, ele disse que o ex-presidente nunca mencionou a ele a possibilidade de anular o resultado da corrida eleitoral de 2022.

“Nessas reuniões, havia discussões sobre os poderes do STF em relação à condução de investigações. Mas tudo debatido de forma bastante transparente”.